

Claudionor Barbosa Lins, CPF 842.284.664-00, Fazenda Santa Maria, S/N, Zona Rural, Ouro Branco-AL, torna público que requereu ao IMA/AL, a **Autorização Ambiental para o Plano de Recuperação de Área Degradada para Sítio Capiazinho, S/N, Zona Rural, Ouro Branco-AL.**

BRANDÃO DE ALMEIDA ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ Nº 35.365.758/0001-08 com sede na Rua Deputado José Lages, nº 555, sala 601, Edf. Empresarial José Lages – Ponta Verde – Maceió/AL, CEP 57.035-330, vem requerer ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas/IMA a **Renovação da Licença de Operação da sua Usina de Asfalto Móvel no município de Murici**, conforme legislação vigente.

ÁGUAS DO SERTÃO S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.456.117/0001-12, com endereço na Pc Clementino do Monte, s/n, Centro, Penedo – AL, CEP 57.200-000, torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, **Autorização de Transporte de Produtos Perigosos (ATPP)**. Foi determinado Plano de Emergência para Transporte (PET).

ÁGUAS DO SERTÃO S.A., inscrita no CNPJ/ME sob o nº 45.456.117/0001-12, com endereço na Pc Clementino do Monte, s/n, Centro, Penedo – AL, CEP 57.200-000 torna público que requereu ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas – IMA/AL, **Autorização de Transporte de Resíduos Perigosos (ATRP)**. Foi determinado Plano de Emergência para Transporte (PET).

COOPERATIVA DE TRABALHO DOS EMPREENDEDORES DE EXTRAÇÃO ARTESANAL DE GRANITO DE MURICI - COOPERPEDRAS, com CNPJ nº 20.830.277/0001-59, endereço a Rua Rubiano Grande Craque, nº 83, Campo Grande, Murici/AL, torna público que está requerendo ao IMA/AL, a **Regularização de sua Licença de Operação para a extração (manual) da substância mineral GRANITO** para confecção de pedras aparelhadas em uma área de 2,79 Ha localizada, localizadas na zona rural de União dos Palmeiros/AL.

NOME DA EMPRESA: **SANTOS & SOARES DROGARIAS LTDA.**, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº. 53.936.665/0001-78, SITUADA: LD. VEREADOR JORGE OMENA, 1155, CHÃ DA JAQUEIRA, MACEIÓ/AL, CEP 57018-408 COM ATIVIDADES DE: 4771-7/01 = COMERCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS SEM MANIPULAÇÃO DE FORMULAS; 4772-5/00 COMERCIO VAREJISTA DE COSMETICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL; 4773-3/00 COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MEDICOS E ORTOPEDICOS. TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE – SEDET – MACEIÓ/AL, A **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO DO EMPREENDIMENTO DENOMINADO: DROGARIA AL. FORAM SOLICITADOS ESTUDOS AMBIENTAIS: PGRSS E ECA.**

FABRICA DOS SONHOS MOVEIS CORPORATIVOS, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 41.967.353/0001-42, situada na AVENIDA GAL LUIZ DE FRANCA ALBUQUERQUE COMPLEMENTO: S/N GUAXUMA, Maceió-AL, com ATIVIDADE PRINCIPAL: Fabricação de móveis com predominância de madeira. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB, Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL, de “REGULARIZAÇÃO DE OPERAÇÃO”**, para o empreendimento denominado **FABRICA DOS SONHOS MOVEIS CORPORATIVOS** situada na AVENIDA GAL LUIZ DE FRANCA ALBUQUERQUE COMPLEMENTO: S/N GUAXUMA, Maceió-AL. - Foi solicitado o Plano de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos (PGRS) e o Estudo de Capacidade Ambiental (ECA).

NOME: **ADRIANO TENÓRIO GUEIROS DE BARROS**, inscrito no CPF/MF sob o nº. 219.867.328-27, situado na Avenida Professor Victal Barbosa, nº. 845 – Aptº. 803 - Bairro: Ponta Verde – Maceió/AL – CEP Nº. 57.035-400, com atividades de: EMPRESÁRIO. Torna público que requereu a SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E URBANISMO – SEMURB - Maceió/AL, a **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL de “REGULARIZAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO – EDIFICAÇÃO MISTA”**, para o empreendimento denominado “EDIFICAÇÃO MISTA – PONTO COMERCIAL”, situado na Rua Fernandes Lins, s/nº. – Bairro: Pajuçara – Maceió/AL – Não foi solicitado Estudos Ambientais

SIGA O PORTAL TRIBUNA HOJE NO INSTAGRAM!
@TRIBUNAHOJE_

GTW AGRONEGÓCIOS S.A.					
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO					
Senhores Acionistas:					
Em cumprimento à legislação e disposições, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras relativas ao Exercício Social encerrado em 31.12.2023, em conjunto com as do exercício encerrado em 31.12.2022. Tais informações vêm acompanhadas por parecer da PricewaterhouseCoopers, nossos Auditores Independentes.					
As demonstrações financeiras na íntegra, inclusive com as notas explicativas, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.					
Coruripe (AL), 30 de maio de 2024.					
A Diretoria.					
Balanço patrimonial 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	2023	2022		2023	2022
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	188	288	Fornecedores	1	6
Outros direitos	650	288	Salários e encargos sociais	2.851	1.019
	838	288	Tributos a recolher	4.531	1.908
			Partes relacionadas		
Não circulante			Total do passivo circulante	7.384	2.934
Propriedades para investimento	111.944	681.856	Não circulante		
	111.944	681.856	Partes relacionadas	27.701	34.893
Total do ativo não circulante	111.944	681.856	Total do passivo não circulante	27.701	34.893
			Patrimônio líquido		
Total do ativo	112.782	682.144	Capital social	65.157	634.811
			Reservas de lucros	75.756	68.944
			Transações de capital com acionistas	(63.216)	(59.430)
			Total do patrimônio líquido	77.697	644.317
			Total do passivo e patrimônio líquido	112.782	682.144
Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Valores expressos em milhares de reais)					
	Capital social	Reservas de lucros	Transações de capital com acionistas	Lucros acumulados	Total
	Legal	de lucros a deliberar			
Em 31 de dezembro de 2021	634.811	23.711	36.882	(54.241)	641.163
Aprovação de dividendos de anos anteriores		(36.845)	36.845		
Lucro líquido do exercício			(56.120)	59.274	59.274
Adiantamentos e acionistas					(56.120)
Destinação do lucro					
Constituição da reserva legal	2.964			(2.964)	
Dividendos mínimos obrigatórios			14.078	(14.078)	
Lucro à disposição da Assembleia para destinação			42.232	(42.232)	
Em 31 de dezembro de 2022	634.811	26.675	42.269	(59.438)	644.317
Aprovação de dividendos de anos anteriores			(42.232)	42.232	
Redução do Capital com Cisão	(569.654)				(569.654)
Lucro líquido do exercício				64.320	64.320
Adiantamentos e acionistas			(61.286)		(61.286)
Destinação do lucro					
Constituição da reserva legal	3.216			(3.216)	
Dividendos mínimos obrigatórios			15.276	(15.276)	
Lucro à disposição da Assembleia para destinação			45.825	(45.825)	
Em 31 de dezembro de 2023	65.157	29.891	45.855	(63.216)	77.697
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS					
As Administradoras e Acionistas GTW Agronegócios S.A.					
Opinião	Examinamos as demonstrações contábeis da GTW Agronegócios S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.				
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.					
Base para opinião	Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.				
Ênfase	Transações com partes relacionadas Chamamos atenção para a Nota 4 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descritas. Dessa forma, as demonstrações contábeis devem ser analisadas nesse contexto. Nossa conclusão não está ressaltada em relação a esse assunto.				
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis	A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.				
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:	<ul style="list-style-type: none">Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.				
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequadas.	Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.				
Ribeirão Preto, 3 de julho de 2024					
ADMINISTRAÇÃO	VITOR MONTENEGRO WANDERLEY JUNIOR Diretor Presidente MARCIO SILVIO WANDERLEY DE PAIVA Diretor TERCIO WANDERLEY NETO Diretor				
CONTADORIA	DIRCEU OHLAND CPF: 019.778.199-31 CRC-MS-007695/O-1 T-MG				

MUNICÍPIO DE FEIRA GRANDE
ESTADO DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2024-TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

OBJETO: Registro de preços para futura contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva nos veículos da frota municipal da linha leve e pesada, com reposição de peças, serviços de borracharia, serviços de lavagem de veículos e serviços de guincho, para atender a demanda do município de Feira Grande/AL, conforme Anexo 1 do Edital. DATA/HORARIO: dia 24 de Julho de 2024 às 09h00min. Local: Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br).

INFORMAÇÕES: Os Ediais encontram-se à disposição dos interessados das 08:00 às 12:00 horas na Sede Administrativa do município de Feira Grande, no site da prefeitura municipal, no site do Bolsa Nacional de Compras - BNC (www.bnc.org.br), e pode ser solicitado através do e-mail: cpifeiragrande@gmail.com.

Jean Soares Silva
Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
PARA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO ALAGOANA DE MUAY-THAI (BOXE TAILANDÊS)

Com fundamento no artigo 5º do Estatuto da FEDERAÇÃO ALAGOANA DE MUAY THAI (BOXE TAILANDÊS), CONVOCA todos os filiados, atletas e associações da modalidade a se fazerem presentes na Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no próximo dia 26 (vinte e seis) de julho de 2024, às 19 horas em primeira convocação, e, às 20 horas em segunda convocação, na Sede da Federação, que está localizada na Rua 21 de Abril, n. 322, Prado, Maceió/AL, oportunidade em que será deliberada a seguinte pauta:
1-Eleição e Posse da nova diretoria e do novo Conselho Fiscal;

Maceió/AL, 09 de julho de 2024
Reginaldo Lessa

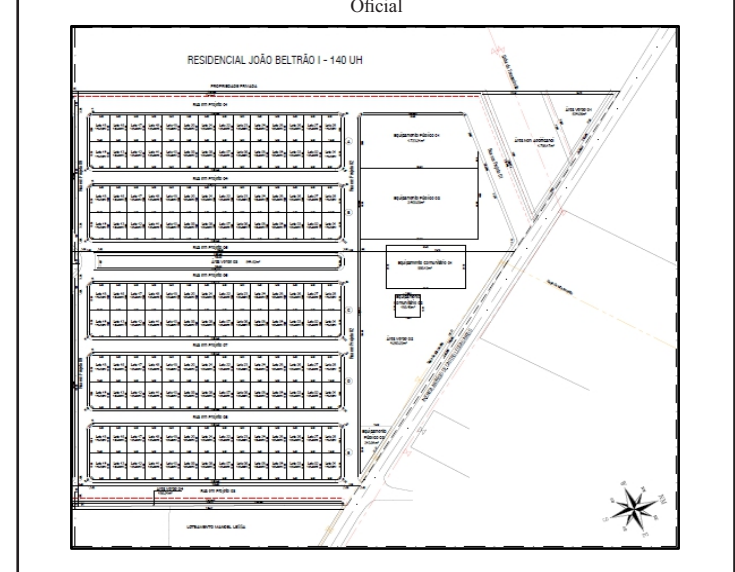
EDITAL DE LOTEAMENTO
ANTONIO DE BULHÕES BARBOSA JUNIOR, Tabelião e Oficial do 1º Serviço Notarial e Registral de Coruripe, Estado de Alagoas, na forma da Lei, etc., etc., FAZ PÚBLICO, para ciência dos interessados, em cumprimento do disposto do Art. 19 da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que a O MUNICÍPIO DE CORURIFE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/ME. sob nº 12.264.230/0001-47, com sede localizada na Pça. Dr. Castro Azevedo, s/nº, Centro, Coruripe, Alagoas, legalmente representada, DEPOSITOU neste 1º Serviço Notarial e Registral, situado na Rua Lindolfo Simões, nº 270, Centro, nesta cidade, Alvará de Execução nº 001/2024, de 20.06.2024, Memorial, Projetos e demais documentos relativos ao Conjunto Habitacional Popular João Beltrão Siqueira I, localizado na Av. Anfrísio de Castro Lessa Santos, bairro Comendador Tércio Wanderley, Coruripe, Alagoas, devidamente registrado no Livro nº 2 (Registro Geral) sob nº R. 1-13917, em 16.04.2024. O Conjunto será composto de 05 quadras denominadas "A, B, C, D e E", contendo 143 Lotes (Residenciais e Públicos). Área total de Lotes Residenciais: 19.190,40m²; Área total de Lotes Públicos: 4.334,12m²; Área Verde: 5.895,11m²; Área de Equipamentos Comunitários: 1.158,52m²; Arruamentos e Calçadas: 16.294,26m²; Área do Conjunto: 48.670,58m², tendo sido apresentado os demais documentos exigíveis.

As impugnações daqueles que se julgarem prejudicados quanto ao domínio do referido imóvel, deverão ser apresentadas no prazo de quinze (15) dias a contar da data da terceira e última publicação do presente Edital no Órgão Oficial do Estado (Diário Oficial) ou em jornais de grande circulação.

Findo o prazo e não havendo reclamação será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Serviço Notarial e Registral.

Dado e passado nesta cidade e Comarca de Coruripe, Estado de Alagoas, aos 03 dias do mês de julho do ano de 2024.

Antonio de Bulhões Barbosa Junior
Oficial



TRIBUNA HOJE.COM

TODO CONTEÚDO EM VÍDEO
VOCÊ ENCONTRA EM
NOSSO CANAL NO
YouTube

**BUSQUE POR:
PORTAL TRIBUNA HOJE**

